

PODER

O Judiciário e as pedras no caminho

Apesar da presidência discreta de Edson Fachin, STF deve continuar alvo de críticas, sobretudo por causa do Banco Master

» LUANA PATRIOLINO

Com o ministro Edson Fachin na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e a ministra Cármen Lúcia no comando no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a expectativa é de que o país passe por um ano eleitoral menos turbulento do que em 2022. Mas nem tudo será simples. Nunes Marques e André Mendonça, ambos indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, assumirão a Justiça Eleitoral em agosto — auge da campanha do primeiro turno.

Especialistas ouvidos pelo **Correio** apontam que, apesar do aparente controle, o Judiciário seguirá no radar de críticas, sendo que duas sobressaem: 1) as supostas conversas do ministro Alexandre de Moraes com o presidente do Banco Central, Gabriel Galfolo, para tratar da liquidação extrajudicial do Banco Master — com o qual a mulher do magistrado tinha, também, um contrato de R\$ 129 milhões para serviços advocatícios; e 2) o sigilo imposto pelo ministro Dias Toffoli para as investigações sobre a instituição presidida por Daniel Vorcaro.

Para o advogado eleitoral Marcos Jorge, o perfil ponderado e técnico de Fachin poderá ajudar a acalmar os ânimos. "A presidência do ministro tende a reduzir o grau de confronto direto, a condenação de Jair Bolsonaro deve trazer discussão e ataques institucionais à Corte, pois a oposição deve continuar explorando decisões do Supremo como elemento mobilizador, sobretudo nas campanhas

ao Senado, onde o discurso de 'freios' ao Judiciário costuma ter mais apelo", aponta.

O cientista político Elias Tavares partilha do mesmo entendimento. Ele avalia que a atual gestão do Supremo tende a produzir um ambiente institucional menos ruinoso do que o vivido em 2022. Mesmo assim, o STF deve continuar no centro do debate político em 2026. "Há mais discricão, menos disposição ao embate público direto. Isso reduz o conflito aberto, mas não elimina a tensão de fundo", afirma.

Outra questão que traz o Judiciário como protagonista do cenário eleitoral é a atuação do TSE na realização das eleições presidenciais e regionais. Nunes Marques assumirá o tribunal no segundo semestre do ano, substituindo Cármen Lúcia, que finalizará o seu biênio em 25 de agosto. Seu vice será André Mendonça. Indicados por Bolsonaro, os dois são considerados conservadores na instituição.

Governadores

Mas o TSE também se prepara para retomar o julgamento de dois governadores por abuso de poder político e econômico referente ao pleito de 2022. O primeiro envolve o do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Segundo a acusação, houve desvios de recursos públicos para promover a sua candidatura no pleito. O outro refere-se ao governador reeleito de Roraima, Antônio Denarium, por distribuir cestas básicas e por reformar casas em área eleitoral. Ambas as ações

Gustavo Moreno/STF



Atuação de Fachin seria capaz de arrefecer as pressões que vêm sendo feitas sobre o Supremo, apesar de Moraes e Toffoli estarem expostos

foram suspensas por pedidos de vista (mais tempo de análise).

A eleição de 2026 será marcada também pela composição do Senado. Dois terços das cadeiras estarão em disputa — o que significa, na prática, uma renovação majoritária da Casa. A situação é desafiadora para o Judiciário, pois o Legislativo pode votar uma atualização da Lei de Impeachment, de 1950, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

O objetivo é evitar que as conclusões que o Congresso promover

sejam derrubadas, depois, pelo Supremo. O STF quer um quórum de dois terços, equivalente a 54 votos de senadores para a abertura de um processo de impeachment. Atualmente, a regra é pela maioria simples de quem está no plenário: presença mínima de 41 parlamentares para abertura da sessão — o que possibilita abrir a análise com 21 votos dos integrantes.

"A previsão é de que, pelo menos, 10 a 12 senadores serão eleitos com o compromisso de

cumprir com o avanço do impeachment de ministros do STF. Será uma enorme bandeira eleitoral ao longo deste ano. E vai deslocar o campo majoritário com um debate sobre o Poder Judiciário, em especial o papel do STF. A polarização deixa de ser apenas entre lulistas e bolsonaristas. É a ampliação da polarização sem politização", avalia o advogado e analista político Melillo Dinis.

O cientista político Elias Tavares ressalta a escolha estratégica dos partidos para disputar as

R\$ 11,5 bilhões na mira de PF e BC

» IAGO MAC CORD
» FÁBIO GRECHI

O Banco Central e a Polícia Federal (PF) investigam um esquema de fraudes bilionárias envolvendo o Banco Master, a Reag DTVM e o Banco de Brasília (BRB). A linha de apuração, enviada pelo BC ao Ministério Público Federal (MPF), em novembro passado, envolve operações de R\$ 11,5 bilhões. A Reag DTVM é controlada pela Reag Investimentos, que recentemente passou a adotar a marca Arandu Investimentos.

De acordo com os técnicos do BC, o Master teria utilizado fundos da Reag DTVM (veja no quadro **mais detalhes sobre a empresa**) para realizar aportes de capital e mascarar sua situação financeira. A distribuidora de títulos e valores mobiliários entrou na mira da PF com a deflagração da Operação Carbono Oculto, que investiga lavagem de dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das principais facções criminosas do país.

O modus operandi da fraude seguia a seguinte estrutura: o Master emprestava dinheiro a uma empresa vinculada a Vorcaro ou a pessoas de confiança, que aplicava os recursos em fundos administrados pela Reag. Esses fundos compravam ativos de baixíssima qualidade e sobrevalorizados.

A investigação da PF aponta, ainda, que diretores das instituições financeiras investigadas ajustaram a transferência de R\$ 12 bilhões do BRB ao Master, em violação às normas regulatórias. O BC identificou que parte dos Certificados de Depósito Bancário (CBDS) do Master estava lastreada em contratos fictícios de crédito.

Mesmo após a autoridade monetária questionar a origem dos

títulos, em março passado, o Banco de Brasília continuou a operação, chegando a transferir R\$ 12,2 bilhões antes de tentar desfazer o negócio. Segundo o MPF, o banco de Vorcaro recebia pagamento imediato, enquanto o BRB realizava registros contábeis sem respaldo documental para manter seus níveis de capital próprio.

Na terça-feira, a delegada federal Janaína Palazzo conduziu, no Supremo Tribunal Federal (STF), acareação entre o banqueiro Daniel Vorcaro e o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, para esclarecer a transferência desses R\$ 12 bilhões, realizada para evitar a quebra do Master antes da liquidação extrajudicial. A PF sustenta que eram títulos pôdes, mas o banqueiro e o ex-diretor do Banco de Brasília sustentaram a versão de que foram "decisões técnicas" — e de que não houve prejuízo ao BRB.

Essa decisão técnica foi motivo de escrutínio, pois na tomada de depoimentos tentou-se saber se a cessão de crédito foi uma decisão de gestão legítima, baseada em avaliações de mercado, ou uma fraude para maquiar o balanço do Master. A PF e o MPF investigam se os ativos foram sobrevalorizados intencionalmente para viabilizar o aporte de capital pelo BRB. Na acareação, que durou aproximadamente 30 minutos, a defesa de Costa negou que tivesse havido divergências entre ele e Vorcaro e que os dois ficaram frente a frente para dirimir interpretações pessoais de cada um de alguns episódios.

Da sessão de terça-feira participaram, ainda, um representante do MPF e o juiz auxiliar Carlos Vieira von Adamek, do gabinete do ministro Dias Toffoli — que avocou para

si a condução do caso no Supremo —, além do diretor de Fiscalização do BC, Alton de Aquino Santos, na condição de testemunha.

As oitivas, porém, foram marcadas pelo mal-estar entre a delegada Janaína e o juiz Adamek. Ele apresentou uma lista de perguntas formuladas pelo gabinete de Toffoli para que ela fizesse a Vorcaro, Costa e Alton. A delegada, porém, recusou-se a fazê-las, argumentando que só formularia questionamentos que considerasse adequados à investigação da PF.

Temor do mercado

Existe, porém, o temor do mercado financeiro de que haja alguma intervenção na decisão do BC em liquidar o Master extrajudicialmente. No sábado passado, quatro entidades que representam bancos, financeiras e fintechs divulgaram nota conjunta em defesa da atuação do BC pela liquidação do Master. Assinaram a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Associação Brasileira de Bancos (ABB), a Associação Nacional das Instituições de Crédito (Acrefi) e a Zetta (que representa empresas do setor financeiro e de meios de pagamento). Juntas, representam mais de 100 instituições, cerca de 90% do setor financeiro e 98% dos ativos do sistema.

Na segunda-feira, foi a vez da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) sair em defesa do BC, frisando a "autoridade técnica e o pleno e autônomo exercício das funções do Banco Central". A entidade congrega 35 instituições financeiras, entre bancos públicos federais, subnacionais, agências de fomento, cooperativas de crédito, Finep e Sebrae.



Banco de Daniel Vorcaro teria utilizado fundos da Reag para realizar aportes e mascarar situação financeira

Raio-X da Reag

Até meados de 2025, o controle majoritário do grupo Reag pertencia ao seu fundador, o empresário João Carlos Mansur. No entanto, a estrutura de propriedade mudou significativamente após as investigações da Polícia Federal (Operação Carbono Oculto). A mudança de controle foi formalizada com o objetivo de proteger a reputação da companhia e isolá-la das investigações que miravam o antigo controlador.

Controle Atual — Em setembro, Mansur vendeu a participação de 87,38% para a Arandu Capital Holding S.A. (ou Arandu Partners), uma entidade

formada pelos próprios executivos da gestora.

Gestão — Com a transação, Mansur renunciou à presidência do conselho. Atualmente, a liderança da empresa conta com executivos como Felipe Oppenheimer Pitanga Borges (presidente do Conselho) e Dario Graziato Tanure.

Estrutura Jurídica — A Reag DTVM é controlada indiretamente pela Reag Capital Holding. O grupo também possui capital aberto na B3 (sob o ticker REAG3), após uma operação de IPO reverso* envolvendo a empresa GetNinjas.

*IPO (tradução do inglês para oferta pública inicial) reverso é uma estratégia em que uma empresa privada (fechada) se torna uma pública (listada na Bolsa) ao adquirir ou se fundir com uma companhia que já possui registro na bolsa e na Comissão de Valores Mobiliários. É chamado de "reverso" porque, ao lançar a IPO, a empresa faz uma oferta pública para entrar na bolsa. No reverso, ela compra uma empresa listada já existente.

Moraes nega domiciliar a Bolsonaro

» DANANDRA ROCHA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem o pedido de prisão domiciliar humanitária a Jair Bolsonaro. Assinada pela defesa do ex-presidente, a solicitação justificava o pedido de ida do para

casa sob a alegação de que as condições de saúde de Bolsonaro — que teve alta ontem à tarde depois de submeter-se a três procedimentos cirúrgicos — podem ser agravadas no cumprimento do regime fechado de prisão.

Diferentemente do alegado pela defesa, não houve agravamento da situação de saúde de Jair Messias Bolsonaro, mas sim, quadro clínico

de melhora dos desconfortos que estava sentido, após a realização das cirurgias eletivas, como apontado no laudo de seus próprios médicos", observou o ministro.

Bolsonaro foi internado antes do julgamento ontem. Fez cirurgias para realização de correção de hérnias para o tratamento de solcos. No pós-operatório, ele apresentou arritmias cardíacas e aumento de pressão arterial — problemas já foram remediados, mas que vai obrigá-lo a ser

acompanhado e monitorado "continuamente" por médicos.

Essa prescrição também embasa o pedido de prisão domiciliar ao ex-presidente. Porém, segundo Moraes, os procedimentos médicos indicados como necessários pela defesa poderão ser realizados na Superintendência da PF.

"Sem qualquer prejuízo à saúde do custodiado, uma vez que, desde o início do cumprimento de pena, foi determinado plantão médico 24 (vinte e quatro) horas por dia;

bem como, autorizado acesso integral de seus médicos, com os medicamentos necessários, fisioterapeuta e entrega de comida produzida por seus familiares", acrescentou o ministro.

Na decisão, Moraes citou decisões anteriores do STF em negação ao pedido de prisão domiciliar feito pela defesa do ex-presidente. Em 15 dias, os advogados de Bolsonaro protocolaram dois requerimentos para que ele fique preso em casa.